

Crítica da objetividade jornalística na cobertura sobre o migrante: reflexões epistemológicas no contexto da esfera pública midiaticada

Criticism of journalistic objectivity in coverage of migrants: epistemological reflections in the context of the mediatized public sphere

Crítica de la objetividad periodística en la cobertura de migrantes: reflexiones epistemológicas en el contexto de la esfera pública mediatizada

LUCAS ARANTES ZANETTI¹

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a objetividade jornalística na produção de sentidos sobre o migrante, considerando a ambiência da esfera pública midiaticada. Argumentamos que a objetividade jornalística enquanto princípio epistemológico, baseada no positivismo e no funcionalismo, pode contribuir para a disseminação de ideias violentas e desumanizantes sobre o migrante. Defendemos uma mudança epistêmica nas práticas jornalísticas, para considerar recursos emocionais e subjetivos como formas legítimas de produção de conhecimento e consciências sobre o mundo. Propomos que o jornalismo possa se posicionar como um produtor social de conhecimento e de sentidos que se opõem à epistemologia da classe dominante, sustentando interações sociais mais inclusivas na esfera pública midiaticada, especialmente em um momento em que a credibilidade e a verdade no jornalismo estão sendo questionadas.

¹Jornalista, Mestre em Comunicação e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa Deslocar – Interculturalidade, cidadania, comunicação e consumo (ESPM) e Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov) E-mail:lucas.zanetti@unesp.br

Palavra-chave: Objetividade jornalística; Esfera pública; Migrações; Miatização; Epistemologia do jornalismo

Resumen: Este artículo propone una reflexión crítica sobre la objetividad periodística en la producción de significados sobre el migrante, considerando el contexto de la esfera pública mediatizada. Argumentamos que la objetividad periodística, como principio epistemológico basado en el positivismo y el funcionalismo, puede contribuir a la difusión de ideas violentas y deshumanizadoras sobre el migrante. Defendemos un cambio epistémico en las prácticas periodísticas, para considerar los recursos emocionales y subjetivos como formas legítimas de producción de conocimiento y conciencia sobre el mundo. Proponemos que el periodismo pueda posicionarse como un productor social de conocimiento y significados que se oponen a la epistemología de la clase dominante, sosteniendo interacciones sociales más inclusivas en la esfera pública mediatizada, especialmente en un momento en que la credibilidad y la verdad en el periodismo están siendo cuestionadas.

Palabras clave: Objetividad periodística; Esfera pública; Migración; Mediatización; Epistemología del periodismo.

Abstract: This article proposes a critical reflection on journalistic objectivity in the production of meanings about migrants, considering the context of the mediatised public sphere. We argue that journalistic objectivity, as an epistemological principle based on positivism and functionalism, can contribute to the dissemination of violent and dehumanising ideas about migrants. We advocate for an epistemic shift in journalistic practices to consider emotional and subjective resources as legitimate forms of knowledge production and consciousness about the world. We propose that journalism can position itself as a social producer of knowledge and meanings that oppose the epistemology of the dominant class, sustaining more inclusive social interactions in the mediatised public sphere, especially at a time when credibility and truth in journalism are being questioned.

Keywords: Journalistic objectivity; Public sphere; Migration; Mediatisation; Epistemology of journalism

Introdução

A questão da objetividade no jornalismo tem sido discutida desde os primórdios das Teorias da Comunicação, quando ainda não havia um campo científico sólido que conceituasse e teorizasse suas práticas e técnicas. Durante muito tempo, as teorias funcionalistas e positivistas defendiam a existência de uma realidade objetiva que deveria ser retratada pelo jornalista de forma fidedigna, neutra e imparcial (MEDINA, 2012). Esta ainda é uma visão

de jornalismo dominante nas redações, que precisam do “guarda-chuva” da objetividade para manter a credibilidade necessária enquanto “ritual estratégico” (TUCHMAN, 1999). Por outro lado, a discussão sobre a construção de conhecimento no jornalismo tem sido cada vez mais aprofundada por pesquisadores da área, que hoje compreendem outras formas legítimas do fazer jornalístico para além das noções tradicionais e predominantes na prática profissional (ROCHA, 2011).

Quando o jornalista se depara com a questão de um “Outro” e se distancia substancialmente de sua realidade próxima, como é o caso dos migrantes, fica evidente a limitação da objetividade enquanto capaz de enquadrar sujeitos, histórias e situações em sua complexidade e sem reproduzir violências, estereótipos e formas de opressão contra grupos socialmente minoritários. O resultado é uma postura “discriminatória que desqualifica o ser humano” (IJUIM, 2017, p. 240) por parte da imprensa. A objetividade aqui não é entendida apenas como técnica ou “habilidade” do jornalista, mas sim como um recurso utilizado pelas empresas e veículos de mídia comercial, submetidos a seus interesses econômicos, que determinam os enquadramentos e abordagens nos quais as coberturas se encaixam e onde os jornalistas se vinculam. Conforme afirmam Retis e Cogo (2021, p. 2), “a tendência na cobertura midiática da imigração tem sido embaçar um espelho no qual o público observa a realidade”, de forma a criar um discurso público dominante a partir de diferentes fluxos comunicativos que reforçam o estereótipo e a discriminação contra os sujeitos migrantes.

A questão das migrações, deslocamentos forçados e suas consequências sociais, econômicas e culturais fazem parte do leque de temas sensíveis que envolvem questões de direitos humanos e violências e ilustram como a objetividade, tal como está posta, reproduz opressões estruturais. Para garantir o tratamento humano e respeitoso do Outro, é necessário o uso de recursos éticos, estilísticos e linguísticos que permitam a produção de conhecimento sobre sua complexidade sem reproduzir violências e discriminações. Para isso, é importante compreender os mecanismos da objetividade e suas matrizes epistemológicas no contexto brasileiro, a fim de refletir sobre formas inclusivas de comunicação jornalística que ecoem valores democráticos e humanos. Esta reflexão deve ser feita de forma situada à economia política dos meios de comunicação que, conforme aponta Van Dijk (2010), está situada em uma lógica de exercício de poder pelas elites simbólicas que controlam os fluxos discursivos que alimentam a esfera pública e determinam as práticas sociais.

A objetividade passa a ser entendida como uma das estratégias discursivas para se criar modelos mentais que favoreçam a dominação e o exercício do poder.

A partir dessas premissas, este artigo ensaístico tem como objetivo discutir a questão da objetividade jornalística na produção de conhecimento sobre migrantes, situando-a no contexto da esfera pública midiaticizada. Argumentamos que a noção tradicional de objetividade é reprodutora de uma ideologia dominante, que exclui narrativas importantes da população e mantém a discriminação e a estereotipação do migrante. Além disso, essa noção desumaniza o migrante e viola seus direitos humanos. Para isto, realizamos articulações entre as noções de objetividade no jornalismo (TUCHMAN, 1999; GENRO FILHO, 1987; SPONHOLZ, 2003); a questão das emoções e histórias pessoais na comunicação e as estratégias sensíveis no contexto da esfera pública (SODRÉ, 2006; MAIA, 2012; MORAES e VEIGA DA SILVA, 2021); e os conceitos de mídia e migrações, tendo como espinha dorsal teórica-conceitual a midiaticização latina.

A partir dessas postulações, propomos um debate sobre a objetividade jornalística na produção de conhecimento sobre migrantes, especialmente em contextos sociais sensíveis e marcados pela desigualdade. Argumentamos que a objetividade jornalística é construída em torno de uma ideologia excludente das classes dominantes (VAN DIJK, 2010) e que sua aplicação na produção de sentidos sobre o migrante contribui para a discriminação e estereotipação (RETIS, COGO, 2021). Propomos o questionamento da contribuição da objetividade jornalística, tal como posta, para debates e conversações característicos da esfera pública midiaticizada, refletindo sobre a importância de estratégias discursivas sensíveis enquanto mecanismos de formação de opiniões menos intolerantes e mais humanizadas. Por fim, refletimos sobre uma dimensão técnica, norteadas por uma episteme humanizada, que garanta o protagonismo dos sujeitos na construção de suas histórias e narrativas, contextualizando fatos e acontecimentos relativos ao Outro, sem perder de vista a dimensão material relativa às relações históricas de opressão e violência, bem como o papel das empresas de mídia enquanto elites que determinam os fluxos comunicativos e discursos que alimentam a esfera pública.

Objetividade jornalística e conhecimento

Antes de explorar mais a fundo as bases epistemológicas do jornalismo, é importante definir qual conceito de objetividade estamos usando. Reconhecendo a polissemia do termo “objetividade”, objeto de acalorados debates na academia, nas redações e nas conversas informais, vou me ater à definição de Sponholz (2003, p. 111), que a entende como “o conjunto de normas e regras para observar a realidade, com o objetivo de produzir uma semelhança estrutural entre a realidade social e a realidade midiática”. Ao discutir a questão da objetividade, é necessário abordar a clássica questão filosófica sobre a possibilidade de compreender a realidade através dos sentidos e, mais importante, transmitir essa compreensão de forma confiável através dos meios de Comunicação.

A noção de que o jornalista é um agente cultural, um mediador e construtor social de sentidos, é amplamente estudada no campo da Comunicação. Neste texto, vamos desenvolver o debate a partir da noção defendida por Genro Filho (1987) em “O Segredo da Pirâmide”, considerado um marco na compreensão alternativa do jornalismo e das teorias e práticas da profissão. Segundo o autor, há uma base epistemológica que constrói os sentidos jornalisticamente produzidos a partir da observação da realidade, base essa calcada pelos valores das ideologias dominantes das classes dominantes. Para desconstruir a noção de objetividade, Genro Filho argumenta que todo e qualquer fato pertence a uma dimensão histórica e cultural e, portanto, não pode ser puramente objetivo. Além disso, o autor enfatiza que não se trata apenas de objetividade enquanto linguagem, estilo de texto ou relato impessoal. Embora o estilo jornalístico seja crucial para apresentar a versão de um fato enquanto verdade e como elemento de credibilidade de um relato, trata-se também de reconhecer que, entre uma infinidade de escolhas, perspectivas e enquadramentos possíveis de se apresentar um fato, existem marcas irreparáveis de subjetividade.

Conforme afirma Genro Filho (1987, p. 38): “o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social”. Em outras palavras, as escolhas feitas pelo jornalista ao reportar um evento são influenciadas por sua posição ideológica e perspectiva pessoal, e esses elementos estão presentes desde o início do processo de construção da notícia. Portanto, para o autor, a objetividade no jornalismo é um ideal a ser perseguido, mas

difícilmente alcançado. É fundamental que o jornalista tenha consciência de sua posição ideológica e perspectiva pessoal ao reportar um evento, a fim de minimizar a influência desses elementos em sua produção jornalística.

No entanto, a questão da objetividade também tem fundamentos que extrapolam o debate da epistemologia do jornalismo, tornando-se um debate de mercado. De acordo com os estudos de Tuchman (1999), a objetividade no jornalismo é utilizada como uma espécie de escudo para proteger a atuação profissional do jornalista. A objetividade é vista pelo autor como um ritual e uma performance que serve para blindar as críticas e defender a profissão. Tuchman argumenta que a objetividade não pode ser alcançada na prática e, portanto, pode levar a uma percepção seletiva dos fatos, uma vez que “os fatos falam por si” e escondem a política editorial das empresas. Em outras palavras, a objetividade é vista como um conjunto de procedimentos que permite que o jornalista se defenda quando questionado sobre suas escolhas e afirmações, mas na prática é uma cortina de fumaça para uma construção de sentidos ligada a questões ideológicas do veículo, do jornalista, das fontes e das escolhas comunicativas.

Tuchman ainda defende que a noção de objetividade pode ser usada para encobrir as decisões editoriais e as escolhas ideológicas que influenciam a produção de notícias e outros conteúdos jornalísticos. Assim, a ideia de que a objetividade é um ideal a ser perseguido no jornalismo pode ser vista como um mito, uma vez que as escolhas e perspectivas do jornalista estão inevitavelmente presentes na construção de uma notícia ou conteúdo. A compreensão da subjetividade e das influências ideológicas na produção jornalística pode ajudar a criar um jornalismo mais transparente e honesto em relação às suas escolhas e enquadramentos.

Milton Santos (2001) argumenta que a ideologia não é algo que está apenas nos discursos e nas mentes das pessoas, mas está presente em todas as esferas da sociedade, inclusive na produção e na distribuição de bens culturais e simbólicos, como é o caso do jornalismo. Nesse sentido, a ideologia se torna invisível e naturalizada, sendo percebida como algo dado e imutável, quando na verdade é construída e reproduzida constantemente pelos diferentes atores sociais. Essa concepção vai de encontro à ideia de objetividade jornalística, que pressupõe uma visão neutra e isenta dos fatos, desconsiderando as influências ideológicas e políticas que permeiam as escolhas e construções jornalísticas. A reflexão proposta por Santos nos convida a repensar a relação entre jornalismo e ideologia, reconhecendo que a construção da realidade é

um processo complexo e permeado por interesses e valores que estão além da mera observação dos fatos. Segundo o autor: “Não é de estranhar, pois, que a realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se inscreve nos objetos e apresenta-se como coisa” (SANTOS, 2001, p. 39).

A questão também é abordada por Meditsch (2002) em sua reflexão sobre o jornalismo enquanto forma de conhecimento. O autor reafirma o caráter cultural e histórico de qualquer produção de saber, incluindo o jornalismo. O autor também aponta que os linguistas, expressos pelas formulações de Bakhtin (1992), já demonstraram exaustivamente a dissociabilidade entre linguagem, discurso e ideologia nas interpretações sobre a realidade, distinguindo entre a realidade em si, sem um observador humano, e a realidade discursiva, infalivelmente interpretativa. A verdade, sendo um conceito-chave do jornalismo, passa a ser entendida como relativa, como um “algo verdadeiro”, podendo haver verdade entre dois enunciados aparentemente contraditórios (MEDITSCH, 2002).

Uma das problemáticas específicas do jornalismo enquanto conhecimento é a não clareza quanto às suas bases, sua episteme, seus pressupostos e limitações técnicas e metodológicas. O conteúdo jornalístico é apresentado como a própria realidade, “e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipa de jornalistas para construí-la” (MEDITSCH, 2002, p. 19). A linguagem da espetacularização, norteadada pela necessidade de sedução e captação de audiência, bem como a maquiagem necessária para tornar um conteúdo atrativo em meio às disputas pelo público, também seriam elementos que colocam o valor do conhecimento produzido pelo jornalismo à prova.

De acordo com Sousa Santos (2010), o pensamento abissal da modernidade está profundamente ligado à colonialidade, na qual os padrões epistêmicos e culturais da Europa foram impostos em todo o mundo, com a negação das culturas e saberes não-europeus. Essa imposição de padrões hegemônicos tem um impacto significativo na prática jornalística, na medida em que as vozes e perspectivas dos grupos marginalizados e invisíveis são frequentemente omitidas ou estereotipadas nos conteúdos jornalísticos. A objetividade atua como mera reprodutora de uma visão de mundo que já é concebida como mecanismo de exclusão e dominação. Sousa Santos (2010) argumenta que a superação do pensamento abissal, de divisão entre “nós” e os “outros”, passa pela ampliação do conhecimento e da compreensão dos mundos que estão

além da linha, ou seja, dos mundos invisibilizados. Nesse sentido, o jornalismo pode ser uma ferramenta importante para a construção de uma nova epistemologia que inclua as vozes e perspectivas dos marginalizados e invisíveis. Para tanto, é necessário que os jornalistas reconheçam suas limitações e assumam uma postura crítica em relação às estruturas de poder que influenciam a produção de conteúdo, a fim de promover uma representação mais justa e plural da realidade.

É preciso reconhecer que o jornalismo, enquanto prática profissional, tem como base epistemológica o mesmo pensamento excludente e violento que caracteriza as sociedades modernas, sustentado “por uma racionalidade que historicamente delinea uma condição mais conservadora no encontro com alteridades, resultando na reprodução de estereótipos e preconceitos” (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2021, p. 114). Essas bases têm origem no positivismo, que simplifica a compreensão da realidade sob uma visão de ciência que valoriza o homem branco ocidental e desvaloriza outras formas de saberes produzidas por diferentes culturas e referências. De acordo com Moraes e Veiga da Silva (2021), é a partir desse paradigma epistemológico que se constrói o jornalismo dentro de um universo finito, norteado pelo “sistema capitalista, masculinista, heterossexista e ocidentalista” (2021, p. 117) e balizado pelas mesmas noções de objetividade científica e neutralidade, que reduzem o conhecimento dentro do escopo desenhado a partir dessas bases (GROSFOGUEL, 2016).

É a partir desta objetividade jornalística limitada pela epistemologia excludente e violenta que caracteriza as sociedades modernas, baseada em uma visão simplificada da realidade, que os debates característicos da esfera pública estão construídos. A racionalidade argumentativa é comprometida por uma lógica de insensibilidade que desumaniza o Outro migrante. Em tempos de algoritmos, a esfera pública midiaticizada está operada por uma lógica de produção e circulação de sentidos que contribui para a polarização e exclusão do outro, com impacto direto na sociabilidade e experiência do imigrante. É esta questão que pretendemos desenvolver adiante.

A circulação de sentido sobre o migrante na esfera pública midiaticizada

As elaborações de Habermas sobre a esfera pública exercem grande influência sobre as teorias da democracia deliberativa, formação da opinião

pública e novas formulações que se estendem em diversas áreas do conhecimento. Ao longo da obra habermasiana, o conceito de esfera pública sofre transformações significativas e, a partir das contribuições de outros autores (BENHABIB, 1996; BOHMAN, 1996; DRYZEK, 2000; MANSBRIDGE, 2007), ganham forma as ideias de debate público racional, troca de argumentos e justificação recíproca como agentes legitimadores dos processos políticos e democráticos. A democracia deliberativa aponta como uma forma normativa de organização democrática, baseada nos princípios da participação, informação e transparência voltados à decisão coletiva (AVRITZER, 2000). Segundo Maia (2008), o jornalismo e a mídia em geral são fundamentais para o projeto democrático habermasiano, pois são entendidos como espaços públicos para debates e informações sobre os problemas sociais e problemáticas discutidas no cotidiano. O jornalismo é responsável por fornecer informações, opiniões, enquadramentos e ferramentas apropriados pelos sujeitos para a constituição do debate público racional em ambientes que envolvem trocas argumentativas (MAIA, 2008). Como resultado, a mídia é responsável pela agenda de sentidos que circulam em torno dos migrantes, sendo representados de acordo com a lógica midiaticizada.

A deliberação é frequentemente apontada como o centro democrático de legitimação política em muitos projetos de sociedade, e o fator racional é considerado protagonista. No entanto, muitos criticam a mídia, incluindo o jornalismo, por apelar à dimensão das emoções e do sensível, dando destaque ao entretenimento, à esfera privada e ao drama pessoal, o que é considerado contrário ao valor do interesse público. No entanto, como aponta Maia (2012, p. 17), a crítica generalista ignora “certos elementos sofisticados das emoções e de outros modos de comunicação, além da argumentação racional, que podem sustentar a discussão e estimular a discussão crítica na esfera pública”. Portanto, é importante reconhecer que a mídia pode desempenhar um papel importante na circulação de sentido em torno dos migrantes, desde que utilize uma abordagem que permita o uso de elementos emocionais e sensíveis, bem como a argumentação racional, para fomentar uma discussão crítica e profunda na esfera pública.

A esfera pública midiaticizada pressupõe a comunicação midiática como elemento central da cultura pensada a nível global, como agente estruturante das identidades do indivíduo e dos coletivos sociais. As práticas sociais que caracterizam as culturas são “atravessadas por interações midiaticizadas que integram a estrutura social” (BARROS, 2012, p. 85). Essa lógica midiática,

segundo o autor, dá sustentação à consciência e a construção das identidades. Sodré (2002, p. 25), em sua noção de bios midiático, propõe a midiatização “pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo bios, uma espécie de quarto âmbito existencial”. Trata-se da vida cotidiana, das interações, da circulação de sentidos midiaticamente produzidos que se manifestam em cadeias diferida e difusa de novas produções a partir das interações sociais (BRAGA, 2006).

Neste sentido, a esfera pública tem sido abastecida a partir de produções de sentidos midiáticos que corroboram com a visão de mundo colonizadora, ocidental, branca e masculina, o que caracteriza o ambiente da objetividade jornalística. Este processo também tem a ver com a sub-representação de pesquisadores que fogem da lógica colonizada do conhecimento científico (CHAKRAVARTTY, et al., 2018). Fazem-se, portanto, necessárias construções de saberes que rompam com a lógica colonizadora e sejam capazes de se opor ao epistemicídio (SANTOS, 2010) produzido através de séculos de colonialismo e dominação Europeia enquanto visão de mundo. Em sua análise sobre o processo de globalização neoliberal, Milton Santos (2001) apontou a necessidade das classes dominantes em construir uma narrativa forte, chamada por ele de fábula, que constitui em uma esfera pública tomada por uma visão única de mundo, esvaziada de contraditório e com um recorte restrito da realidade. Essa visão é apresentada de forma fragmentada, desconexa e desvinculada do cotidiano do cidadão comum.

A esfera pública hegemônica, alimentada pelo jornalismo de mercado objetivista, contribuiu para a criação de debates públicos desumanizantes sobre imigrantes. Em muitos casos, esses debates os colocam como inimigos dos “nacionais” e “nativos”, em uma oposição simplista e dualística de “nós” contra “eles”, sustentando a intolerância e fornecendo uma base simbólica para o ódio, xenofobia e violência. A suposta racionalidade da opinião pública muitas vezes reforça a discriminação, alimentando discursos ditos “racionalis” mas com bases ideológicas enraizadas na colonização epistêmica. Portanto, é importante considerar os aspectos subjetivos e identitários das migrações a fim de entender a complexidade das relações e embates socioeconômicos, políticos e culturais que cada migrante enfrenta (THEODORO, COGO, 2019), fornecendo enquadramentos distintos e plurais e devolvendo o protagonismo ao migrante. A realidade material dos processos migratórios expõe os migrantes a situações precárias em relação aos direitos básicos, cidadania limitada e desafios culturais em seu novo território; a produção simbólica de

sentidos humanizadores pode contribuir para a integração desse imigrante na sociedade de destino. Embora as experiências possam variar de acordo com fatores interseccionais, como países de origem e destino e outras variáveis, é importante lembrar que, como aponta Sayad (1998), o migrante pode ser visto como uma ameaça ou como uma demarcação de distinção cultural. E, quando isso ocorre, por pura reprodução de mitos e estereótipos reforçados midiaticamente, há a chamada violência midiática (BARROS, VELOSO NETO, 2016).

A abertura para uma dimensão sensível no debate público é importante para lidar com questões identitárias profundas que são frequentemente simplificadas em discursos objetivos e racionais. Isso envolve a aceitação de múltiplos pontos de vista, experiências e emoções que moldam a compreensão do mundo e dos fenômenos sociais. É um esforço pela rejeição de um “sujeito universal”, pelo “questionamento da produção de conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal e a busca por novos parâmetros de conhecimento” (RAGO, 1998, p. 10-11) e pela assimilação dos valores relativos aos sentimentos, emoções que nos fazem humanos e que podem ser mobilizados em torno de construções de saberes humanizados, inclusivos e calcados em valores genuinamente democráticos.

Mouffe (2003) há quase duas décadas já apontava as limitações da racionalidade discursiva em responder a fenômenos sociais complexos quando envolvem questões identitárias profundas como o nacionalismo, o fundamentalismo, o populismo e o negacionismo. Por este motivo, a democracia não pode ser vista como um processo racional e consensual baseado na busca pela verdade objetiva, mas sim como um campo de batalha simbólico, no qual diferentes forças políticas lutam por hegemonia. Da mesma forma, ainda que tente negar a sua dimensão politizada e parcial, o jornalismo comercial utiliza a objetividade mais como “ritual estratégico” do que como objetivo final, dada a sua impossibilidade epistemológica. A objetividade jornalística, assim como na democracia, produz consensos artificiais e hegemonias necessárias para a manutenção dos interesses comerciais dos veículos.

De acordo com Sodré (2006), a razão iluminista e a pragmática da linguagem na teoria habermasiana se afastam da dimensão sensível da comunica o. Ele argumenta que a razão emerge do afeto e que as emo es são um componente-chave na eficácia dos processos comunicativos. Para Sodré, a

razão é induzida a partir da dimensão afetiva dos sujeitos, já que as paixões levam a juízos anteriores à reflexão. Dessa forma, a dimensão do real só pode ser alcançada por meio das emoções, pois é por meio delas que se atinge o sentido da consciência. Santos (2010, p. 54) argumenta que a racionalidade objetiva, fundamentada no rigor matemático, quantifica, objetualiza, degrada e caricaturiza os fenômenos.

Uma virada epistemológica é necessária para pensar os processos migratórios, deslocamentos forçados e refúgios a partir da esfera pública mediatizada e desenvolver uma comunicação humanizada que produza sentidos necessários ao respeito ao “Outro”. Essa abordagem deve superar a racionalidade discursiva e as noções clássicas de objetividade jornalística. As investigações sobre mídia e migrações têm produzido contribuições importantes para compreensão dos fluxos migratórios, projetos políticos dos Estados em relação à imigração e construção de identidades em diferentes níveis. Os processos de mediação da esfera pública fornecem sentidos informativos, interpretativos e representativos que podem influenciar a criação e modificação de destinos e fluxos migratórios, bem como a recepção dos migrantes, considerando sua origem nacional, etnia, idade, gênero e outros fatores interseccionais que são determinantes no tratamento do Outro no país de destino (ARAÚJO, COGO, PINTO, 2015).

Humanizar um jornalismo em transformação

Sodré (2020) argumenta que a financeirização e a algoritmização do mundo contemporâneo, bem como a mediação da sociedade, geraram interações sociais e processos de significação que, a nosso ver, demandam uma virada epistêmica no jornalismo. Isso se deve, segundo o autor, ao fato de que algumas sustentações clássicas do jornalismo, como a noção de credibilidade do público, estão sendo erodidas simultaneamente com outras instituições liberais de representação, como a democracia, que estão sendo postas em xeque. O papel do jornalismo como intermediário entre as esferas sociais e políticas também está sendo questionado à medida que a própria política representativa tem se desintegrado. O papel social da imprensa como uma “livre obra do espírito moderno” que serviu de base legitimadora para o exercício do poder republicano perde o sentido diante das mudanças significativas nos processos comunicativos, tecnológicos e financeiros. Os ideais clássicos do jornalismo são contraditórios com a estrutura de poder das

elites que comandam as empresas de comunicação, mídia e internet, submetendo os profissionais a práticas voltadas para a manutenção do poder (VAN DIJK, 2010).

O conceito de “furo” é deslocado do jornalismo para o campo algorítmico pela lógica da velocidade de circulação da informação em tempo real, ferindo as bases clássicas do ofício do jornalista. Além disso, Sodré (2020) aponta que a verdade é pensada a partir de uma lógica de exposição e irradiação nas redes, em disputa com a verdade desejada, o que constrói esferas públicas em formato de bolhas ideológicas, reforçando a polarização e acelerando a degradação política. A comunicação jornalística na era da globalização perdeu sua posição na reprodução da ideologia dominante, uma vez que algoritmos se mostraram mais eficientes nessa tarefa. Além disso, o valor comercial do jornalismo também foi afetado, já que os anunciantes não necessitam mais da credibilidade jornalística como espaço de veiculação, uma vez que os algoritmos direcionam a publicidade de forma mais eficiente. Como resultado, o jornalismo de mercado tem se mantido por meio da retroalimentação de bolhas ideológicas, muitas vezes abandonando valores clássicos em prol do clique e do engajamento, com reportagens frequentemente despolitizadas e esvaziadas de seu valor crítico.

Os estudos de autores como Cunha (2009) e Van Dijk (2010) já apontavam para a problemática do reforço de sentidos e estereótipos provenientes de imigrantes como um dos grandes entraves à integração social nas comunidades de destino. Gonçalves et. al. (2020 p. 20) conduziram um levantamento sistemático da retração do imigrante na imprensa brasileira entre 2010 e 2019 a partir de artigos científicos. Segundo as autoras, o jornalismo tem utilizado técnicas de estereotipação que reforçam o preconceito e a discriminação em relação aos migrantes, que muitas vezes são retratados como invasores e separados do “nós”. Além disso, a investigação identificou que os migrantes raramente são ouvidos como fontes e que as temáticas abordadas contribuem para legitimar essa separação. As autoras destacam também a falta de humanização do migrante e a confusão na problematização e contextualização dos fluxos migratórios nas coberturas jornalísticas.

A virada epistêmica no jornalismo é, portanto, necessária do ponto de vista econômico em termos da conjuntura midiaticizada, financeira e algorítmica da informação e do ponto de vista epistemológico na produção de um conhecimento decolonial, que recusa o sujeito universal enquanto referência. Dessa forma, Moraes e Veiga da Silva (2021, p. 128) conceituaram um

“jornalismo de subjetividade” para “desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa”. O termo, que é uma provocação à ideia de objetividade, trata da complementaridade do objetivo e subjetivo na construção do conhecimento, de forma a observar posições de classe, gênero, geográficas e de grupo, levando em conta as estruturas sociais, para entender como essas questões se desenvolvem nas pessoas e nos dados do mundo (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2021). A subjetividade aqui não é entendida como emoção irracional, mas sim enquanto dado histórico e material do campo da vida privada e importante componente cognitivo de apreensão do mundo; sua recusa trouxe prejuízos para o jornalismo enquanto produtor de conhecimento.

Trata-se de uma abordagem humanizada do fazer jornalístico que deve ser discutida nas escolas e faculdades de jornalismo, impregnando a prática, as técnicas e a forma do jornalista encarar os fatos e o mundo. São produções e enquadramentos em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada (IJUIM, 2017), de forma a criar meios para comunicação efetiva dos variados sujeitos, em que eles possam contar as próprias histórias. Um jornalismo humanizado e que rompa com a episteme objetiva pressupõe a não estereotipação do ser humano, a compreensão da complexidade de acontecimentos e fatos e, por fim, o reconhecimento do outro enquanto humano e portador de direitos universais. Essa perspectiva vai ao encontro das formulações de Retis e Cogo (2021, p. 8), quando afirmam que “um outro jornalismo de imigrações é possível”, destacando a importância de uma formação jornalística mais voltada à inclusão e à diversidade e menos à competitividade e ao conflito social, sem perder de vista as condições materiais em que o ofício se insere no cenário capitalista no qual as empresas fazem parte do domínio das elites econômicas.

Enquanto técnica, essa episteme deve nortear todo processo de produção da notícia, desde a escolha da pauta, o foco, o enfoque, as fontes e a estruturação do texto. Deve se utilizar de artifícios como depoimentos, narrativas sensíveis, disponibilização de um espaço seguro para as narrativas humanizadas, devendo o jornalista ser agente da conciliação e produzir sentidos capazes de combater a intolerância, os discursos de ódio e munir a esfera pública de sentidos que possam ser apropriados nos debates públicos como formas de mitigação da intolerância e da violência.

Depoimentos de cidadãos comuns sobre seus anseios, situações e histórias de vida são recursos antigos do jornalismo. A história pessoal enquanto

estratégia narrativa faz parte das técnicas ensinadas nas graduações e é aceita enquanto carga subjetiva e particular na construção de diversos gêneros jornalísticos, ainda que passe pelo processo de objetivação que, segundo Benjamin (1994, p. 170), “empobrece o espírito da narrativa, pois os fatos já chegam acompanhados de explicações”. Nos casos de reportagens em profundidade e do jornalismo literário, o protagonismo do depoimento em detrimento da linguagem objetiva é mais usual, já que nesses casos “são necessárias ferramentas mais sofisticadas para realização dos textos” (MARTINEZ, 2022, p. 21).

No contexto dos fluxos migratórios, a virada epistêmica proposta deve ser capaz de entender os migrantes não como “objetos”, “números” ou “Outros” distantes de um “Nós” cuja humanidade é mais legítima. Conforme sugerido por Ijuim (2008), a abordagem deve deslocar o foco do “o que” (migração) para o “quem” (migrante), trazendo à tona o contexto, o contraditório, a interpretação e a experiência humana inseridos na correlação de forças, circunstâncias políticas, econômicas e culturais. Acima de tudo, a nova abordagem deve renunciar à busca por uma verdade inata, simplista e única e, em vez disso, criar sentidos e ampliar vozes e formas de consciência em níveis materiais e simbólicos. O objetivo deve ser um jornalismo socialmente comprometido e orientado pelos direitos humanos, em vez de rígido e objetivamente imparcial.

Considerações finais

A discussão acerca das noções de objetividade e subjetividade nas produções jornalísticas é um tema antigo e tem sido central nos estudos em jornalismo (TRAQUINA, 2005). No entanto, ainda prevalece nas redações a ideia positivo-funcionalista como ideal a ser buscado pelas empresas (TUCHMAN, 1999) na manutenção de seus interesses políticos e econômicos (VAN DIJK, 2010). Neste ensaio, propomos a articulação dessas noções com a ideia de esfera pública midiaticizada e a produção de conhecimento sobre o migrante, argumentando-se a necessidade de circulação de sentidos humanizadores capazes de sensibilizar o debate público, as conversações cotidianas e produzir sentidos que possam mitigar a intolerância, a xenofobia e o desrespeito aos direitos humanos.

Medina (2012) ensina que a “arte de tecer o presente” é muito mais ampla do que o reducionismo positivo-funcionalista que trouxe a rigidez do racionalismo hierárquico e disciplinar como forma de obtenção de um conhecimento objetivo.

A superação desse modelo reside na valorização dos elementos sensíveis e interpretativos que residem no jornalismo enquanto narrador da experiência humana. A humanização do migrante passa pela compreensão de suas motivações, territorializações e processos culturais, políticos e econômicos, levando em conta a necessidade de um novo espaço para viver. A diáspora humana deve ser compreendida para além dos Estados nacionais, levando em conta a sua complexidade. Ao apontar as limitações da objetividade enquanto técnica e enquanto epistemologia do jornalismo, ressaltando os elementos relativos à prática profissional, não nos omitimos da economia política dos meios de comunicação e seus interesses enquanto manutenção do poder das elites.

Ainda hoje, os processos de midiatização que observamos no Brasil e no mundo não estão isentos das mesmas matrizes epistemológicas que atuaram na manutenção do poder e das classes sociais no projeto moderno. Embora haja novas roupagens, novos atores e mudanças estruturais, a lógica do mundo globalizado explicada por Milton Santos (2001) – fábula, perversidade e possibilidade – ainda é preponderante. A fábula ideológica circula na produção de sentidos midiáticos e nas redes sociais, dominadas pelos algoritmos das gigantes tecnológicas e retroalimentando a narrativa única do mundo, que alimenta as desigualdades e estruturas de poder.

A frieza da objetividade, aliada à visão única de mundo pautada pelo sujeito universal, é um dos elementos que contribuem para a manutenção dessa estrutura. Em ambientes cada vez mais conflituosos, com o retorno de guerras históricas, da crise dos regimes democráticos ocidentais (CUNHA, 2015) e da desdemocratização proveniente da acentuação das desigualdades e das diferenças, os processos migratórios encontram-se em processo de reconfiguração e intensificação, produzindo reações polarizadas, intolerâncias e violências. A superação desse cenário deve ser pensada sobre todas as disciplinas do conhecimento. Não se trata de cair no subjetivismo ou no chamado irracionalismo, mas de impor limites ao projeto dominante e pensar o mundo a partir de uma epistemologia da humanidade, humanizadora em seu propósito, inclusiva e contra-hegemônica.

Regiões multiculturais costumam ser mais resistentes à influência de projetos calcados na intolerância, no racismo e em outras formas de discriminação. O contato com o outro e narrativas destoantes também são ameaças ao status quo e aos sentidos difundidos que mantêm as estruturas de poder e dominação. Nesse sentido, desumanizar o “Outro” migrante, a partir de uma

esfera pública sequestrada por sentidos estereotipados e narrativas preconceituosas, também é uma forma de garantir a narrativa única e impedir as condições cognitivas de formação de novas consciências. É a midiatização da violência da desumanização. Em outros trabalhos (ZANETTI, 2021), avaliamos empiricamente a cobertura da imigração brasileira pela imprensa portuguesa, destacando que, frequentemente, o imigrante é tratado como “problema a ser resolvido”, com a saliência de problemas de regularização, imigração ilegal, problemas linguísticos e no mercado de trabalho. Nessas investigações, realizadas desde 2020, notamos que raramente são ressaltadas as contribuições positivas da imigração e o trabalho importante de associações imigrantes para a sociedade nativa. Também destacamos no trabalho a ausência de brasileiros como referência no jornalismo português, especialmente levando em conta que esta é a maior comunidade estrangeira no país (ZANETTI, 2021).

Assim, apontamos para necessidade de estudos empíricos que avaliem dinâmicas deliberativas e suas relações com o jornalismo e que compreendam interações sociais, além de processos midiatizados que envolvam estratégias inovadoras e projetos para mitigação dos processos comunicativos que criam e reproduzem a intolerância, servindo como forma de conciliação, humanização e inclusão do migrante. Por fim, indicamos que frente à inquestionável degradação de pilares do jornalismo como a objetividade, a credibilidade e a noção de verdade embutida no fato, torna-se imperativa a criação de novas epistemes norteadoras da práxis jornalística enquanto produtora social de conhecimento e necessária a uma esfera pública que efetivamente contribua para transformação social nos moldes das teorias da democracia deliberativa.

Bibliografia

ARAÚJO, E.; COGO, D.; PINTO, M. Mobility, Media(tions) and Culture. **Comunicação & Sociedade**, v. 28, p. 15-22, 2015.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 49, p. 25-46, 2000.

BARROS, L. M. Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. In: DUARTE, J.; PERUZZO, C.; FERRARETTO, L. (Orgs.). **Mediação e Midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BARROS, L. M.; VELOSO NETO, S. Claros e escuros: violências na sociedade midiatizada brasileira. **Revista de Estudos Universitários - REU**, v. 42, n. 2, p. 69-86, 2016.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Volume 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BRAGA, J. L. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- CUNHA, I. F. A cobertura jornalística da imigração: para uma teoria da notícia televisiva. **Comunicação e Sociedade**, v. 15, p. 191-214, 2009.
- CUNHA, I. F. Da "desdemocratização" da Europa: democracia, mídia e corrupção política. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, p. 37-63, 2015.
- CHAKRAVARTTY, P. et al. #CommunicationSoWhite. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 254-266, 2018.
- GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - **Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.
- GONÇALVES, I. et al. A representação do imigrante pela imprensa brasileira: uma revisão de literatura. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2020.
- GROSFOGUEL, R. Uma estrutura de conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 1-15, 2016.
- IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo? **Verso e Reverso**, Porto Alegre, v. 31, n. 78, p. 235-243, 2017.
- MAIA, R. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- MAIA, R. Emoção, retórica e histórias pessoais na esfera pública. In: SOARES, I. B. et al. (orgs.). **Mídia e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 117-131.
- MARTINEZ, M. Jornada do herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Digitaliza Conteúdo, 2022.
- MEDINA, C. Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus Editorial, 2012.
- MEDITSCH, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento. **Media & Jornalismo**, Covilhã, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002.
- MORAES, F.; DA SILVA, M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Mídia e zeitgeist**, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. 113-138, 2021.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega Editora, 1999. p. 77-97.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: COSTA, A. M. et al. (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 25-37.
- RETIS, Jessica; COGO, Denise. Periodismo de migraciones Producción y consumo de narrativas sobre movilidad humana en tiempos de incertidumbre y plataformas digitales. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, pp. 1-12, 2021.
- ROCHA, H. C. L. A importância da epistemologia na teoria do jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 276-291, 2011.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SODRÉ, M. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2006.

SODRÉ, M. Miatização do jornalismo. In: FERREIRA, J.; et al. (orgs.) **Redes, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na miatização**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020.

SPONHOLZ, L. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 21, p. 45-54, jun. 2003.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

THEODORO, H. G. S.; COGO, D. LGBTQI+ immigrants and refugees in the city of São Paulo: uses of ICTs in a South-South mobility context. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n. 17, 2019.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

ZANETTI, L. Miatização e imigrações: produção de sentido jornalístico acerca do imigrante brasileiro em Portugal pelo jornal Expresso. EM: LUVIZOTTO, C. ASSIS, C. (Org.). **Mídia, Cidadania e Inclusão**. Braga: Ria Editorial, v. 1, p. 257-277, 2021.

Recebido em: 23/02/2023

Aceito em: 17/05/2023